

JORNAL DA ALERJ

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO IV Nº 140 Rio de Janeiro, de 13 a 19 de novembro de 2006

Respeito à vida no texto da lei

Rafael Wallace



Depois de enfrentar uma doença no coração, Alvaro Machado reencontrou a saúde e a vida a partir de um transplante

Alvaro Machado, 63 anos, nasceu com uma doença no coração que piorou há nove anos. Os médicos diziam que uma cirurgia não resolveria o problema. Então, surgiu a possibilidade de fazer um transplante de coração. “Eu não sabia que um transplante poderia me dar essa sobrevida. Sempre achei que depois de uma intervenção dessas a pessoa viveria por no máximo seis meses”, lembra. Quando foi transferido para um hospital em São Paulo, em dezembro de 1998, Álvaro respirava por aparelhos e não andava. “Cheguei ao estágio de paciente terminal, os médicos me davam 20 dias de vida”, conta ele. A operação foi feita após nove meses de espera na fila de trans-

plantes. Hoje, ele tem uma vida normal e trabalha como voluntário no Rio Transplante e no Instituto Estadual de Cardiologia Aloysio de Castro, fazendo palestras e tirando dúvidas de pessoas que vão se submeter à cirurgia. “Decidi colocar minha vida a serviço do bem. Ela passou a ter outro sentido e ficou mais colorida. Hoje, valorizo muito mais o próximo”, afirma. Histórias como a de Álvaro motivam os deputados estaduais a criar leis e projetos de lei que busquem estimular a doação de órgãos. Mais do que fomentar a solidariedade, o objetivo é mostrar que a doação de órgãos é um ato de respeito à vida.

PÁGINAS 4 e 5

*Comissão vai avaliar
acessibilidade nas
empresas*

PÁGINA 2

*Novo governador
terá R\$ 2 bilhões para
investimentos*

PÁGINA 3

*CPI apura lavagem de
dinheiro em negócios
com imóveis*

PÁGINA 7

Prêmio para acessibilidade no trabalho

INICIATIVA DA ALERJ VAI PREMIAR EMPRESAS NO ESTADO QUE GARANTAM INCLUSÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

LUCIANA MENDES

Foi dada a largada para a segunda edição do Prêmio Alerj – Empresa Eficiente Parceira do Deficiente. As inscrições, que foram abertas no último dia 6 e vão até o dia 25 de novembro, e o regulamento do concurso estão disponíveis na página da Alerj na Internet (www.alerj.rj.gov.br). Qualquer empresa pode se inscrever, e o concurso visa a incentivar e divulgar as instituições que cumprem a legislação referente à empregabilidade das pessoas portadoras de deficiência (PPD), além de destacar iniciativas e avanços na capacitação e qualificação desses profissionais. Criado em 2005 pela Comissão de Defesa da Pessoa Portadora de Deficiência, presidida pela deputada Georgette Vidor (PPS), o prêmio será entregue no dia 12 de dezembro, às 10h, no Plenário Barbosa Lima Sobrinho.

As instituições que se candidatarem serão visitadas por uma comissão, que avaliará, entre outros itens, a existência de rampas de acesso, mobiliário adequado, cardápio em Braille, no caso de restaurantes, atendente que fale a linguagem brasileira de sinais (Libras), banheiro adaptado e estacionamento adequado para a pessoa com deficiência. “É importante



Segundo Georgette Vidor, as empresas precisam estar preparadas para receber as PPDs

que a empresa esteja preparada para a chegada do deficiente e crie meios de integrá-lo, para que ele não fique isolado do grupo”, defende Georgette.

Na primeira edição do concurso não houve premiação, porque nenhuma empresa se adequou a todos os requisitos. Já para esta edição, foram feitas mudanças nos critérios de avaliação. Um dos critérios abrandados é o que determina o cumprimento do artigo 93 da Lei federal 8.213/91, que obriga empresas com mais de 100 empregados a preencher entre 2% e 5% do seu quadro funcional com PPDs.

Na reunião, ficou decidido que as instituições públicas que não conseguirem preencher todas as vagas destinadas a deficientes também poderão concorrer nesta edição do prêmio. “Apesar dessas empresas abrirem as vagas para deficientes em seus concursos públicos, as vagas não são preenchidas”, explica a presidente da comissão. Na ocasião, também foi definido que os funcionários portadores de deficiência de empresas terceirizadas serão levados em conta na avaliação da empresa contratante, ao contrário do que era feito inicialmente.

Dafne Capella

Expediente

Publicação semanal do Departamento de Comunicação Social da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

PRESENTE:
JORGE PICCIANI
 1º Vice-presidente: Heloneida Studart
 2º Vice-presidente: José Távora
 3º Vice-presidente: Sivuca
 4º Vice-presidente: Fábio Silva
 1ª Secretária: Graça Matos
 2ª Secretária: Léo Vivas
 3ª Secretária: Marco Figueiredo
 4ª Secretária: Aparecida Gama
 1º Suplente: Leandro Sampaio
 2º Suplente: Eliana Ribeiro
 3º Suplente: Nelson Gonçalves
 4º Suplente: Acárisi Ribeiro

Jornalista responsável: Fernanda Pedrosa (MT-13511)
 Coordenadora: Fernanda Galvão
 Repórteres: Geiza Rocha, Luciana Ferreira, Pedro Motta Lima
 Estagiários: Aline Leal, Clarisse Bretas, Dafne Capella, Fabiano Veneza, Luciana Mendes, Marcela Palma, Marcela Maciel, Sérgio Jardim, Thayssa Plum
 Fotógrafo: Rafael Wallace
 Diagramação: Pedro Koblitz
 Coordenação Gráfica: Aranha / Gráfica Alerj
 Montagem: Bianca Marques e Rodrigo Graciosa
 Tiragem: 2 mil exemplares

Tel: 2588-1404/1383 Fax: 2533-6786
 site: www.alerj.rj.gov.br email: dcs@alerj.rj.gov.br
 Rua Primeiro de Março s/nº sala 406 - 20010-000 - Rio de Janeiro - RJ

FRASES DA SEMANA

“O problema das drogas deve ser encarado como problema número um de saúde pública no Brasil, e o trabalho de recuperação de jovens é uma necessidade urgentíssima.”

Samuel Malafaia (PMDB), defendendo ações efetivas no combate ao tráfico e ao uso de drogas



“Todos apregoam que o número de fiscais é insuficiente, só para manter o status quo. Há que se fazer concurso para fiscal de renda a cada biênio.

Esta é a função mais importante do estado.”

Luiz Paulo (PSDB), defendendo a contratação de fiscais de renda como solução para o aumento de arrecadação

“Se, de um lado, foi uma atitude antidemocrática, esta decisão da Justiça, por outro também é descabida.”

Inês Pandeló (PT), protestando contra a decisão judicial que manteve a demissão do sociólogo Emir Sader dos quadros da Uerj

R\$ 2 bi para investimentos no Rio

TEXTO DO ORÇAMENTO RECEBE ELOGIOS DOS DEPUTADOS, MAS RESTOS A PAGAR AINDA SÃO FONTE DE PREOCUPAÇÃO

PEDRO MOTTA LIMA

O governador eleito do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, receberá um estado com aproximadamente R\$ 2,4 bilhões de restos a pagar e com a capacidade de investimento de R\$ 2 bilhões. Estas foram algumas das informações apresentadas por técnicos do Governo do estado durante a audiência pública em que o orçamento do ano que vem foi apresentado, no último dia 6. Os profissionais ainda responderam a perguntas feitas pelos deputados. A proposta, explicitada pelo secretário de Gestão e Controle, Flávio Silveira, e pelo subsecretário da pasta, Ari Vainer, prevê uma receita total de R\$ 36,7 bilhões. “Mas o valor real é de R\$ 35,5 bilhões, pois a parte intra-orçamentária, composta basicamente de contribuições previdenciárias, segundo determinação federal, ficará à parte”, explicou o subsecretário.

Esta medida, assim como a previsão orçamentária, foi elogiada pelos deputados presentes. “Esta separação trará transparência e facilitará a compreensão do orçamento, que este ano traz uma previsão de arrecadação mais realista, o que é muito bom também”, afirmou o deputado Luiz Paulo (PSDB). Ele abordou a questão dos restos a pagar, ao lembrar que a governadora Rosinha Garotinho recebeu o estado com uma dívida de R\$ 1,9 bilhões. “Os técnicos disseram que a dívida, na verdade, era de R\$ 2,6 bilhões. A obrigação da governadora, pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é entregar o Governo com uma dívida menor”, afirmou Luiz Paulo. A estimativa de restos a pagar na casa dos R\$ 2,4 bilhões foi dada pelo contador-geral do estado, Nestor Lima de Andrade.

O próximo Governo, por sinal, foi tema recorrente na reunião. O anúncio, por parte do governador eleito, de cortar R\$ 3 bilhões em custeio foi debatido. Porém ninguém arriscou dizer onde será possível cortar. “Esta é uma determinação que tem que partir da nova administração”, disse Ari Vainer. “Acho



O secretário de Controle, Flávio Silveira, e o subsecretário da pasta, Ari Vainer, na Alerj

Fundo de pobreza também esteve na pauta

Outro ponto que esteve no centro do debate durante a audiência realizada pela Comissão de Orçamento da Alerj foi o fim da cobrança de 4% a mais de ICMS, para o Fundo de Combate à Pobreza, feita às empresas de energia e telecomunicações. “Esta é uma das justificativas da redução de R\$ 200 milhões na receita tributária. Mas teremos acréscimos na receita patrimonial, onde estão os royalties do petróleo, e na receita de serviços, onde está a Cedae, por exemplo. Mesmo assim, há previsão de acréscimo na arrecadação de ICMS, de R\$ 14,8 bilhões deste

ano para R\$ 15 bilhões, sendo que esta previsão foi baseada em números do primeiro semestre, quando a receita foi menor”, explicou Ari Vainer.

Logo após a reunião, os deputados aprovaram o parecer prévio ao orçamento, que também foi discutido em plenário nas sessões dos dias 8 e 9. O presidente da comissão anunciou ainda que, a pedido do deputado Luiz Paulo, convidará os outros poderes (MP, TCE, TJ e Alerj) a explicarem seus orçamentos, nos mesmos moldes da apresentação feita pelo Poder Executivo.

que será uma tarefa difícil, pois ele só tem como mexer em R\$ 6,2 bilhões, já que o resto do dinheiro está amarrado com repasses para prefeituras, precatórios, pagamento de Pasep e dos inativos do Banerj”, lembrou Luiz Paulo.

Segundo o presidente da Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle da Alerj, deputado Edson Albertassi (PMDB), a equipe de transição criada por Sérgio Cabral entrará em contato com os parlamentares, para tratar da peça orçamentária.

“Acredito que em dez dias saibamos o que eles pretendem e quais as modificações que poderemos fazer através de emendas apresentadas pela própria Comissão de Orçamento”, explicou Albertassi. O prazo para apresentação de emendas por parte dos deputados começou no dia 10, e vai até o dia 27. “A comissão, entretanto, pode apresentar emendas até o dia 5 de dezembro, véspera da reunião para a aprovação do parecer às emendas”, explicou o deputado.

Rafael Wallace

Estímulo à doação de órgãos é preocupação de deputados estaduais

Médico defende realização de campanhas pela Alerj

CLARISSE BRETAS E THAYSSA PLUM

Sentada no banco do carona do carro do namorado, Thaiz Fernandes foi atingida na nuca por uma bala perdida, a poucos quarteirões de casa, no Grajaú, Zona Norte do Rio de Janeiro. A atleta de 18 anos, que havia sido convocada para a seleção carioca de basquete, não resistiu. Nove anos depois, a mãe de Thaiz, Maria do Carmo Fernandes, conta que teve sua dor aliviada ao perceber que a filha poderia salvar vidas. “O médico me comunicou a morte cerebral, e perguntou se eu pensava em doar os órgãos. Por um momento, não pensei na morte da Thaiz, porque concluí que ela poderia reviver através de pequenas sementes, dentro de outras pessoas”, revela Maria. Os órgãos de Thaiz mudaram a vida de seis pessoas. Através de amigos em comum, Maria do Carmo descobriu que o rim da filha restituiu a saúde de Fernanda Carvalho, na época com 34 anos. Quando recebeu o transplante, Fernanda fazia hemodiálise durante quatro horas, três vezes por semana. “Eu era dependente daquela máquina, e corria risco de morte”, lembra. Três anos depois do transplante, ela realizou um sonho: engravidou e teve Samuel, de parto normal. “Quero doar meus órgãos e autorizaria a doação de qualquer parente meu. Algumas pessoas acham que não dá certo, mas eu sou a prova de que isso não é verdade”, diz Fernanda.

Iniciativas da Alerj garantem mais qualidade de vida aos transplantados e buscam incentivar este tipo de operação, no Estado do Rio. A necessidade de uma legislação sobre o assunto é confirmada por Maria do Carmo, que garante que histórias como as de Thaiz e Fernanda poderiam ser mais comuns. “É preciso informar e conscientizar a população sobre a doação de órgãos.



Maria do Carmo Fernandes e o retrato da filha Thaiz, morta aos 18 anos: doação de órgãos garantiu a vida de outras seis pessoas

Minha filha não ficou deformada depois da retirada dos órgãos, como algumas pessoas pensam”, explica. Dados do Rio Transplante, órgão estadual responsável pelas cirurgias, mostram que, atualmente, cerca de sete mil pessoas estão na fila, à espera de um órgão.

Divulgar a legislação sobre transplantes para a população é o objetivo da Lei 3.780/02, de autoria do deputado Sivuca (PTdoB). Através de cartazes afixados em hospitais, clínicas e casas de saúde, públicos e particulares, a norma visa a informar pacientes e seus familiares sobre o sistema e os procedimentos para se fazer um transplante. Os estabelecimentos que descumprirem a lei estão sujeitos a multas de até 10.000 Ufirs. “Sou a favor de que, a menos que o indivíduo declare que não quer doar seus órgãos, estes sejam automaticamente aproveitados. O corpo não nos pertence, o que prevalece é o espírito”, afirma ele, que já avisou à família que é doador. A doação de órgãos só pode ser feita depois de constatada a morte cerebral do doador,

por dois médicos de áreas diferentes, e após autorização da família.

Presidente da Comissão de Saúde da Alerj, o deputado Paulo Pinheiro (PPS) lembra que só os hospitais da rede pública conveniados ao SUS podem fazer transplantes. Segundo ele, as filas do órgão responsável no estado refletem a falta de conscientização das pessoas. “É preciso organizar os hospitais, permitir um maior aproveitamento. Os grandes desafios são a captação de órgãos e o cumprimento da legislação”, afirma o parlamentar.

O Rio Transplante, que fica no Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe), é o maior centro de transplantes do estado. Joaquim Ribeiro, coordenador da instituição, afirma que a Alerj tem papel fundamental no apoio a atividades relacionadas à doação de órgãos, e explica que a Casa pode ajudar na regulamentação das comissões intra-hospitalares. “Os hospitais com mais de 80 leitos estão aptos a realizar transplante, e em cada um desses locais nós temos uma comissão, treinada pelo Sistema

Nacional de Transplante e pelo Rio Transplante para auxiliar as pessoas que vão doar algum órgão ou se submeter à cirurgia. A Alerj pode ajudar criando cargos de diretor de comissão, com remuneração, porque atualmente esse serviço é voluntário”, diz ele, lembrando que a Casa também pode firmar parcerias na divulgação dos eventos da Semana Estadual do Doador de Órgãos, que acontece entre 18 e 25 deste mês.

Autora do projeto de lei 2.923/05, que cria o Programa Permanente do Transplante de Medula Óssea, a deputada Jurema Batista (PT) lamenta que a desinformação seja proporcional ao tamanho da lista de espera por um transplante. “Muitas pessoas têm medo de ser doador de medula porque são mal-informadas. Como doar algo que você não sabe o que é?”, questiona. O objetivo é estimular a doação voluntária de medula óssea e do sangue de cordões umbilical e placentário, já que a chance de encontrar uma medula compatível chega ser de uma em mil.

Doação de órgãos pode ser solução para doenças como diabetes

Em 2001, a Lei federal 10.211/01 extinguiu a doação presumida no Brasil, que considerava todos os indivíduos como doadores, a menos que houvesse manifestação em documentos legais que impedissem a doação dos órgãos. Mas os especialistas acreditavam que, dessa forma, invertia-se o significado de solidariedade da doação.

A nova lei determinou que a doação de órgãos só ocorreria com autorização familiar por escrito, independente do desejo em vida do potencial doador. A partir de então, os registros em documentos de Identificação (RG) e Carteira Nacional de Habilitação relativos à doação de órgãos deixaram de ter valor, como forma de manifestação de vontade do doador.

Abaixo, respostas para as principais dúvidas sobre doação de órgãos:

Se os médicos souberem que sou um doador, eles vão deixar de se esforçar para me salvar?

A doação de órgãos somente será considerada em caso de morte e depois da autorização da família.

É preciso um documento expressando a minha vontade de ser doador?

Apenas informe sua família sobre sua vontade de ser doador.

Estou muito velho para ser um doador?

Pessoas de todas as idades e históricos médicos podem ser consideradas potenciais doadores.

Quem pode ser doador em vida?

Qualquer um que possa doar órgão ou tecido sem comprometimento de sua saúde e aptidões vitais. Quando o receptor e o doador não são parentes de até quarto grau, a lei só permite a doação com autorização judicial.

Quais órgãos podem ser obtidos de um doador em vida?

Rim (um deles), medula óssea, fígado (parte dele), pulmão (parte dele, em situações excepcionais) e pâncreas (parte dele, em situações excepcionais).

Que problemas uma doação pode vencer?

Doença de Chagas, miocardite, fibrose, enfisema, cirrose hepática, nefrite, hipertensão, diabetes, infecção ou trauma de córnea, leucemia, linfoma, perda óssea por tumores ósseos ou trauma, grandes queimaduras, etc.

É verdade que na fila de espera pelo transplante o que importa é a condição financeira do paciente ou o seu status social?

Não. O que realmente conta para ser escolhido para o transplante é a gravidade da doença do paciente, o tempo de espera na fila, a compatibilidade do tipo de sangue e outras informações médicas importantes.

Fonte: Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos

EM DEBATE: ACORDO COM A BOLÍVIA É BOM PARA O BRASIL?

SAMUEL MALAFAIA

DEPUTADO ESTADUAL PELO PMDB

Repensar o futuro

Rafael Wallace



O Brasil esteve numa posição desconfortável durante negociações com a Bolívia, para continuidade da exploração de gás e petróleo. Evo Morales jogou duro quando nacionalizou o gás, invadiu refinarias, baixou decreto mudando regras e deu prazo para a Petrobras aceitar o novo acordo, sob ameaça de expulsão do país vizinho.

A Petrobras tinha projetos audaciosos na Bolívia, comprando e modernizando duas refinarias de petróleo. O Brasil investiu mais de US\$ 1,5 bilhão na construção do maior gasoduto da América Latina, com capacidade de transportar 30 milhões de metros cúbicos de gás/dia, e existe projeto de construção de uma unidade petroquímica na fronteira entre os dois países para produção de resina de polipropileno, matéria prima para fabricação de plásticos e derivados.

A estatal brasileira disse que a decisão da Bolívia era unilateral, não amistosa, e que tomaria as medidas necessárias para preservar seus direitos. Mesmo assim, assinou o acordo. Bom para o Brasil não foi, mas a diplomacia brasileira pode ter preservado um ambiente mais favorável às negociações futuras, como o preço do gás e a indenização pelo confisco das duas refinarias.

O Governo boliviano deverá receber 50% da receita da produção de gás, a título de *royalties* e impostos. A

“Regras de mercado devem ser estáveis e respeitadas”

outra metade é para cobrir custos, e o lucro líquido será dividido igualmente entre a Petrobras e a estatal boliviana YPF. O Ministério de Hidrocarbonetos da Bolívia analisará os investimentos realizados pela Petrobras, determinando sua participação definitiva no novo contrato, que vai vigorar por 30 anos. O texto do acordo só será divulgado após passar pelo Congresso boliviano.

A Bolívia precisa pensar seu futuro, porque as regras de mercado devem ser estáveis e respeitadas, sob pena de o país se tornar vulnerável à falta de investimentos internacionais. E o Brasil, que não deu muita importância ao discurso ultranacionalista do presidente boliviano, deve ficar mais atento às intenções de seus parceiros comerciais; e incrementar a produção nacional do gás.

EDMILSON VALENTIM

DEPUTADO ESTADUAL PELO PCdoB

Vitória brasileira

Augusto Carazza



Primeiro, deve ser ressaltado que os novos contratos sobre petróleo e gás assinados pelas multinacionais petrolíferas que atuam na Bolívia representam um novo processo de independência para aquele país, um dos mais pobres do mundo. O Brasil não podia ser insensível. Segundo, dá para afirmar que o acordo com o Governo Evo Morales foi bom para ambas as partes, pois, além do desenvolvimento econômico e social da Bolívia, o novo contrato melhora as condições de operação da Petrobras em relação às atuais e garante o fornecimento seguro e estável de gás ao Brasil nos próximos 30 anos.

Nos últimos seis meses, a Petrobras Bolívia pagava 82% de impostos sobre o faturamento bruto e operava praticamente sem nenhum lucro. Agora, pelo novo contrato, 50% do faturamento bruto são destinados ao Governo boliviano, em forma de impostos e *royalties*. Os outros 50% serão usados para pagar os custos de operação e amortizar o investimento, e, segundo o presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, garantirá rentabilidade suficiente para financiar as operações e ainda uma taxa de retorno superior ao custo do capital. Outro dispositivo fundamental no novo contrato – que era uma das maiores preocupações do Governo brasileiro – garante à Petrobras a manutenção do

“Foi também uma vitória do Governo no campo das relações externas”

controle da produção dos dois maiores campos de gás bolivianos, para assegurar o abastecimento das indústrias do Brasil, que importa de lá metade do que consome.

Por outro aspecto, foi também uma vitória do Governo Lula no campo das relações externas, quando a oposição, raivosa, e cujos interesses são os interesses das oligarquias do País, já ensaiava uma campanha histórica contra o Governo de esquerda da Bolívia. Houve até quem semeasse a idéia do rompimento das relações diplomáticas com La Paz – uma sandice.

Tanto Lula quanto Evo Morales tiveram a estatura necessária para proteger os interesses nacionais. E a negociação terminou em bom termo para Brasil e Bolívia, e benéfica do ponto de vista da integração sul-americana e das perspectivas do Mercosul.

Venda de imóveis na mira de CPI

INDÍCIOS DE LAVAGEM DE DINHEIRO EM OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS E COBRANÇA DE FORO SÃO ALVO DE INVESTIGAÇÃO



Dafne Capella

No primeiro dia de funcionamento da CPI, foi discutida a cobrança de foro e *laudêmio*

GEIZA ROCHA

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias de ocupação de terras e lavagem de dinheiro através de ações diversas, inclusive compra fictícia de imóveis, com manipulações relativas a registro de imóveis e sonegação de impostos e emolumentos, iniciou sua apuração nos últimos dias 8 e 9, com o depoimento de sete pessoas. Duas questões foram levantadas nas reuniões: o debate acerca da cobrança do foro e do *laudêmio* na região do Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca, e da Região Oceânica de Niterói, e o levantamento de informações sobre a empresa que impede por liminar o tombamento da APA de Marapendi.

Na questão do foro e do *laudêmio*, o presidente da CPI, deputado Paulo Ramos (PDT), sinalizou para a busca de um possível entendimento junto à Secretaria de Patrimônio da União (SPU): “De repente a União se considera proprietária de áreas na Região Oceânica de Niterói e do Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca, e os adquirentes são surpreendidos por uma ação obrigando o pagamento de novo foro e *laudêmio* na venda. Temos que apurar de quem é a responsabilidade sobre esta cobrança tardia por parte da União, em vez de penalizar as pessoas que adquiriram seus imóveis de boa-fé”, explicou. Segundo o presidente da As-

sociação de Moradores do Tijuca Mar e Jardim Oceânico, Eric Pereira, as taxas cobradas dos compradores destes imóveis chegam a R\$ 75 mil por pessoa. “São 400 condomínios, 2.500 apartamentos e dez mil pessoas, que dormiram proprietárias e acordaram ocupantes dos imóveis”, afirmou Eric.

No dia 9, a CPI buscou saber quem está por trás da Ferrara Enterprise Corporation. A Ferrara é autora da ação judicial que suspendeu o tombamento da APA Marapendi, já aprovado pela Alerj e encaminhado para a sanção da governadora Rosinha Garotinho. O advogado da Ferrara Enterprise Corporation, Alexandre da Silva, foi convocado para depor no dia 17. “O processo legislativo está sob intervenção em função de uma liminar do Poder Judiciário num processo patrocinado pelo escritório de advocacia do desembargador aposentado Ellis Figueiras, em nome de uma empresa que ninguém conhece”, resumiu Paulo Ramos.

Os dois depoentes ouvidos na quinta-feira, o empreendedor Pasquale Mauro, dono de terras na Barra da Tijuca, e o responsável pela RJZ Engenharia e pela Cyrella, Rogerio Zylbersztein, foram unânimes em afirmar que não conhecem a Ferrara, que, segundo o deputado, possui sede no Panamá. O deputado quis saber se ambos teriam sido acionados pela empresa para participar do processo e eles responderam que não.

CURTAS**Relatório pede moradia**

Fazer cumprir o direito dos moradores de rua. Este foi o tema do Relatório Nacional para o Direito Humano à Moradia Adequada e Terra Urbana, apresentado em audiência pública no dia 9, no Auditório Senador Nelson Carneiro. O deputado Alessandro Molon (PT) promoveu o lançamento do relatório, que busca soluções para violações dos direitos humanos, através de denúncias recebidas pelo Fórum Estadual de Luta pela Reforma Urbana do Rio de Janeiro (Felru-RJ).

Ação contra o Inmetro

A Comissão de Defesa do Consumidor da Alerj entrou, no dia 10, com uma ação civil pública contra o Inmetro, para que o instituto acrescente à regulamentação da comercialização a peso do pão francês a recomendação para que o comerciante não produza o alimento com mais de 50 gramas. Caso o peso do pão seja superior ao determinado, o comerciante ficaria obrigado a cobrar apenas o referente a este peso. “Muitas padarias passaram a vender o pão com um peso maior, o que causou um impacto financeiro substancial”, explica a deputada Cidinha Campos (PDT), que preside a comissão.

Substituição do mercúrio

A substituição do mercúrio nas indústrias produtoras de cloro-soda, em qualquer fase do processo eletrolítico, por tecnologia limpa e as estratégias economicamente viáveis para essa substituição. Estes foram os principais temas debatidos na audiência pública promovida pela Comissão de Meio Ambiente da Alerj, no dia 10. O presidente da comissão, Carlos Minc (PT), vai criar um projeto de lei para notificação compulsória de casos de intoxicação por mercúrio às secretarias estaduais e municipais de Saúde.

ENTREVISTA CARLOS MINC

DEPUTADO PELO PT

'Vamos continuar com o Cumpra-se'

CLARISSE BRETAS

Segundo deputado mais votado do Partido dos Trabalhadores, Carlos Minc irá iniciar seu sexto mandato na próxima legislatura. Em entrevista ao JORNAL DA ALERJ, ele diz que sua atuação parlamentar para o próximo mandato continuará sendo pautada na defesa do meio ambiente e do passe livre para os estudantes, além do apoio à cultura. Minc também espera um bom entendimento com o governador eleito do Estado do Rio, Sérgio Cabral. "Eu e o Cabral estamos envolvidos nas mesmas lutas, nas mesmas causas", afirma Minc. Professor licenciado da UFRJ, ele diz que pretende voltar à carreira universitária quando abandonar a atuação parlamentar.



O senhor foi o segundo deputado mais votado do PT, com cerca de 78 mil votos. A que o senhor atribui esta expressiva votação?

Este foi o resultado da minha atuação parlamentar em diferentes questões, promovendo ações e leis de apoio a estudantes, homossexuais, à cultura e à ecologia, dentre outros temas, como é o caso da segurança pública. Foi o reconhecimento que a população deu ao meu trabalho.

Quais as suas leis de maior destaque, desde o começo da vida política?

Tenho mais de 130 leis aprovadas, muitas delas lidando com temas importantes, como o apoio à produção cultural, o passe livre nos transportes para estudantes, idosos e pessoas com problemas físicos, a meia-entrada em casas de espetáculos e a que obriga as prefeituras a estabelecerem áreas adequadas para tratamento do lixo.

Seus mandatos tiveram a marca da luta pelo meio ambiente. Como dar mais visibilidade ao assunto?

Uma das formas foi conseguir que o futuro governador, Sérgio Cabral, assinasse o decálogo da ecologia, de cuja elaboração

eu participei, se comprometendo a apoiar diversas lutas históricas dos ambientalistas. No documento estão demandas como a ampliação das verbas dos royalties do petróleo destinadas ao Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam), a defesa da Mata Atlântica, a continuidade das obras de despoluição da Baía de Guanabara e o início do Programa de Despoluição da Baía de Sepetiba, além da conclusão das obras de saneamento das lagoas da Barra e Jacarepaguá.

"Espero não ter que continuar sendo oposição ao Governo"

bara e o início do Programa de Despoluição da Baía de Sepetiba, além da conclusão das obras de saneamento das lagoas da Barra e Jacarepaguá.

Como será o próximo mandato?

Vamos continuar com uma atuação forte em diferentes áreas, como cultura, o combate à impunidade e o apoio às causas ecológicas e ao passe livre. Também vou continuar a fiscalização que fazemos com a Comissão do Cumpra-se.

Por que seguir carreira durante tantos anos no Legislativo?

Sou professor universitário licenciado da UFRJ, sem vencimentos, mas ainda participo de bancas de teses e aulas inaugurais. Não posso fazer bem as duas coisas ao mesmo tempo. Por isso, estou voltado há muitos anos para a atuação parlamentar. E tenho muita gratificação nisso, pois conto com uma boa equipe, defendendo causas importantes e promovo debates, o que também faz parte do trabalho. Quando parar como deputado, voltarei à origem, reassumindo minha cadeira de professor.

Como será seu relacionamento com o governador eleito? O senhor vai continuar sendo oposição ao Governo?

Espero que seja muito bom. E espero também não ter que continuar sendo oposição ao Governo, na medida em que o novo governador realize uma administração voltada para as causas sociais, ambientais e contra as discriminações. Como tenho leis aprovadas com o Sérgio Cabral, vamos brigar juntos pelo seu cumprimento, e também pelo cumprimento de outras leis importantes, em favor da cultura e contra as discriminações, entre outras.